

**CAPITALISMO DEPENDENTE E A “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL:
RACISMO E DESIGUALDADES REGIONAIS COMO DETERMINAÇÕES
ESTRUTURAIS**

**DEPENDENT CAPITALISM AND THE "SOCIAL ISSUE" IN BRAZIL:
RACISM AND REGIONAL INEQUALITIES AS STRUCTURAL
DETERMINATIONS**

**CAPITALISMO DEPENDIENTE Y LA "CUESTIÓN SOCIAL" EN BRASIL:
EL RACISMO Y LAS DESIGUALDADES REGIONALES COMO
DETERMINACIONES ESTRUCTURALES.**

Flávio José Souza Silva¹

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões a respeito das determinações estruturais do racismo e das desigualdades regionais no país, a partir da teoria da dependência e da análise da formação social-histórica-econômica-cultural brasileira. O texto destaca a importância de compreender esses fenômenos como determinações incontornáveis para se apreender a formação da classe trabalhadora brasileira e apresenta mediações que buscam traçar características universalizadas pelo modo de produção capitalista, mas que se particularizam no Brasil e se singularizam na região Nordeste. Além disso, o artigo discute a cultura profissional do Serviço Social brasileiro e sua relação com as reflexões apresentadas. Destaca-se a compreensão da formação da classe trabalhadora brasileira a partir das determinações estruturais do racismo, das desigualdades regionais, destacando a importância de analisar tais fenômenos como elementos fundamentais para compreender não apenas a gênese, mas também o movimento e as contradições da "questão social" no Brasil.

Palavras-chave: capitalismo, questão social, racismo, desigualdades regionais, teoria da dependência.

ABSTRACT

This article presents reflections on the structural determinations of racism and regional inequalities in the country, based on the theory of dependence and the analysis of the Brazilian social-historical-economic-cultural formation. The text highlights the importance of understanding these phenomena as unavoidable determinations to grasp the formation of the Brazilian working class and presents mediations that seek to outline characteristics universalized by the capitalist mode of production, but which are particularized in Brazil and singularized in the Northeast region. Additionally, the article discusses the professional culture of Brazilian

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/ESS - UFRJ). <https://orcid.org/0000-0002-2381-7174>
souza.flavio@servidor.uepb.edu.br



Social Work and its relationship with the presented reflections. It emphasizes the understanding of the formation of the Brazilian working class based on the structural determinations of racism, regional inequalities, highlighting the importance of analyzing such phenomena as fundamental elements to understand not only the genesis, but also the movement and contradictions of the "social issue" in Brazil.

Keywords: capitalism, social issue, racism, regional inequalities, dependency theory.

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones sobre las determinaciones estructurales del racismo y las desigualdades regionales en el país, basadas en la teoría de la dependencia y el análisis de la formación social, histórica, económica y cultural brasileña. El texto resalta la importancia de comprender estos fenómenos como determinaciones inevitables para comprender la formación de la clase trabajadora brasileña y presenta mediaciones que buscan trazar características universalizadas por el modo de producción capitalista, pero que se particularizan en Brasil y se singularizan en la región Nordeste. Además, el artículo discute la cultura profesional del Trabajo Social brasileño y su relación con las reflexiones presentadas. Se enfatiza la comprensión de la formación de la clase trabajadora brasileña a partir de las determinaciones estructurales del racismo y las desigualdades regionales, destacando la importancia de analizar dichos fenómenos como elementos fundamentales para comprender no solo la génesis, sino también el movimiento y las contradicciones de la "cuestión social" en Brasil.

Palabras clave: capitalismo, cuestión social, racismo, desigualdades regionales, teoría de la dependencia.

INTRODUÇÃO

Brasil, o teu nome é Dandara

E a tua cara é de cariri

(...)

Salve os caboclos de julho

Quem foi de aço nos anos de chumbo

Brasil, chegou a vez

De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

(Histórias Para Ninar Gente Grande)²

² Escolhemos, para a epígrafe que abre este artigo, este trecho do samba enredo da Mangueira de 2019, por abordar questões históricas, culturais e sociais que são fundamentais para compreender a formação da classe trabalhadora brasileira. A menção a Dandara, ao Cariri e aos caboclos de julho remete à resistência e à luta contra a opressão, enquanto os nomes de Marias, Mahins, Marielles e malês representam figuras históricas e contemporâneas que simbolizam a luta por justiça social e igualdade, temas centrais no debate sobre a formação da classe trabalhadora brasileira e as determinações estruturais do racismo e das desigualdades regionais.

A nossa proposta, neste texto, é traçar reflexões que busquem uma aproximação qualificada em torno da relação entre os fundamentos sócio-históricos da “questão social” com o racismo no Brasil e as particularidade no Nordeste. Nosso ponto de partida terá dois pressupostos:

i) o primeiro diz respeito à nossa opção teórico-metodológica que é sustentado pela tradição de pensamento marxista/marxiana. Assim, buscaremos direcionar o debate da “questão social”, do racismo e das disparidades regionais à guisa da lei geral de acumulação capitalista e da teoria da dependência na constituição do capitalismo no Brasil. Daremos, assim, a devida importância à compreensão desses fenômenos como determinações incontornáveis para se apreender a formação da classe trabalhadora brasileira. Nesse sentido, recuperaremos as determinações que mediam a relação entre o capital e o trabalho à formação social-histórica-econômica-cultural no Brasil, apreendendo não apenas a gênese da “questão social”, mas o seu movimento próprio e as suas contradições fundamentais, que estruturam um determinado tipo de capitalismo que possui matrizes escravocratas, patrimonialistas, patriarcais e genocida.

ii) o segundo norte diz respeito à cultura profissional que foi gestada pelo Serviço Social brasileiro no final da década de 1970, do século passado, a partir da experiência da Escola Católica de Minas Gerais. A proposta seria a construção de um projeto profissional que possibilitasse a ruptura política e teórica com o lastro liberal-conservador que marca o surgimento e o desenvolvimento da profissão em nossa realidade. Segundo Iamamoto (2019), rompe-se com a prevalência exclusiva do conservadorismo, mas a profissão presencia a dialética da convivência entre esse pensamento e a intenção de ruptura, até os dias atuais.

O marco dessa vertente da Renovação Profissional, o da Intenção de Ruptura, se dá com o Congresso da Virada, O 3.º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979. Apresenta-se à categoria profissional um projeto que possui um peso ideopolítico e teórico-metodológico que determinou por uma direção estratégica à profissão com profundas refrações no exercício profissional, na formação profissional e na organização política das/os Assistentes Sociais brasileiras/os (NETTO, 2011; MOTA; AMARAL, 2016).

A década de 1980, representa, para essa categoria profissional, o momento de disputa entre os projetos conservadores (com a prevalência do projeto modernizador, em detrimento do projeto da reatualização, que teve parca adesão profissional) e do Projeto de Intenção de Ruptura em busca de hegemonia. Ao mesmo passo, esse



momento histórico externa a consolidação do projeto de Ruptura, tendo como marco o lançamento do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Raul de Carvalho e Marilda de Iamamoto, em 1982. Esses avanços só foram possíveis, graças ao momento histórico que a sociedade brasileira estava vivenciando, marcado pelo enfraquecimento da ditadura civil-militar e de lenta reabertura democrática.

A década de 1990 é o momento de espraçamento desse projeto profissional à categoria das/os Assistentes Sociais, que se materializa em quatro dimensões, sendo elas, segundo Lopes, Abreu e Cardoso (2016), a formação, a intervenção, a produção de conhecimentos e a organização política da categoria profissional, que estão vinculadas organicamente e o que comumente chamamos de Projeto Ético-Político Profissional. O projeto Ético-Político profissional carrega consigo elementos que dizem respeito aos instrumentais formais e legais que o comportam, como a Lei que Regulamenta a Profissão (1993), O Código de Ética Profissional (1993), as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) e os mecanismos de fiscalização do exercício profissional (resoluções, orientações e outros) elaborados pelo Conjunto CFESS/CRESS.

Esse projeto profissional tem clara filiação teórico-metodológica com a matriz de pensamento marxiana – e com a tradição marxista –, sendo responsável por plasmar “[...] uma direção ético-política cujo produto intelectual – mais do que é uma intenção – expõe, na altura do presente século, uma ruptura com as origens tradicionais da profissão” (MOTA, 2016, p. 167). A Intenção de Ruptura marca a apropriação, pela categoria profissional, da tradição de pensamento marxista, que se dá: no primeiro momento da emersão, de forma ideopolítica, atendendo aos interesses conjunturais daquela época, ocorrendo diversos equívocos, como o principal, a utilização de fontes questionáveis dessa tradição de pensamento; já na fase da consolidação acadêmica da direção de ruptura, a apropriação da tradição de pensamento marxista se dá epistemologicamente, onde há busca das obras originais de Marx, possibilitando a constituição de uma vanguarda acadêmico-profissional; no momento de espraçamento à categoria profissional, na década de 1990, a apropriação se dá ontologicamente ao método crítico-histórico-dialético (NETTO, 2011; SANTOS, 2007).

Assim, o Projeto Ético-Político Profissional expressa-se enquanto uma arma política, teórica, legal e ética, construída pela categoria das/os Assistentes Sociais, na luta contra o conservadorismo que sempre quis subordinar e colocar a profissão a

serviço da reprodução do capital. Neste sentido, partimos da compreensão que o apreende enquanto sendo um processo dinâmico e vivo. Possibilitando avanços significativos à profissão, rompendo com a instrumentalidade que fora designada à profissão, no momento da sua gênese. Permitindo a construção de um fazer profissional que articula às dimensões da teoria e da prática, sustentados pela análise crítica da sociedade e direcionado pelo compromisso ético-político ao projeto da classe trabalhadora (MOTA, 2016; GUERRA, 2014; NETTO, 2009).

É a partir dessa construção coletiva que possibilita a apreensão da profissão enquanto uma especialização do trabalho, sendo inscrita na divisão social e técnica do trabalho social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Emergindo, na realidade mundial, na passagem da fase concorrencial para fase dos monopólios do capitalismo, a partir do agravamento das expressões da “questão social” (NETTO, 2011). Na particularidade brasileira, essa gênese está articulada a um movimento social mais amplo, de base confessional, buscando a formação doutrinária do laicato, por meio da Reação Católica à laicização da sociedade, naquilo que fora chamado de reformismo conservador, a partir do processo de industrialização da sociedade brasileira, na passagem do modelo de produção escravista para o capitalismo dependente (IAMAMOTO, 2013; CARVALHO; IAMAMOTO, 2011).

Apreende-se, assim, que são as expressões da “questão social” a razão da existência da profissão, concomitantemente, são as suas expressões o objeto de intervenção profissional (IAMAMOTO, 2001; 2012). Para além, esse Projeto Profissional externa, a partir das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), que a “questão social” é o eixo articulador dos conteúdos composicionais da nossa formação e do nosso exercício profissional. Neste sentido, por meio da indissociabilidade dos 3 Núcleos que fundamentam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Núcleo dos Fundamentos Teórico-Metodológicos da vida social; Núcleo dos Fundamentos da Particularidade da Formação social-histórica da sociedade brasileira; e Núcleo dos Fundamentos do Trabalho Profissional), busca-se a construção de sólidas competências profissionais que visem potencializar o desvelamento não apenas das formas, mas dos conteúdos dos fenômenos sociais, objeto de trabalho das/os Assistentes Sociais.

A partir dessas reflexões iniciais, buscaremos, neste artigo, construir mediações que nos possibilitem capturar características, universalizadas por meio do modo de produção capitalista, são particularizadas em nosso país e se singularizam na região Nordeste. Assim, no primeiro momento iremos traçar reflexões, buscando apreender a



universalidade da “questão social”, para, no segundo momento, traçar reflexões em torno do colonialismo, escravismo, genocídio, imperialismo e dependência como marcos sólidos não apenas da nossa formação, mas como elementos que possibilitam análises contemporâneas sobre o nosso país. Por fim, apresentaremos as nossas considerações.

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: a “questão social” como o seu produto

(...)

E ecoa noite e dia

É ensurdecedor

Ai, mas que agonia

O canto do trabalhador

(Canto das três raças)

Neste momento, iremos nos orientar teoricamente em torno da apreensão sobre a “questão social” como sendo um produto direto da produção e da reprodução do sistema capitalista. Para isto, iremos nos orientar sob dois ângulos analíticos, imbricados, mas nem por isso são idênticos, sendo eles os planos histórico e conceitual. Buscaremos analisar a gênese da “questão social”, a fim de delimitarmos teoricamente os traços mais significativos do seu surgimento e do seu desenvolvimento. Para alcançar o objetivo proposto, iremos nos sustentar nos aportes teóricos da teoria social de Marx.

Iamamoto (2001) e Netto (2001) já destacaram que a expressão “questão social” é estranha à obra de Marx. No entanto, tal constatação não nos impossibilita apreender a “questão social” sob a ótica de análise marxiana. Não obstante, a própria Iamamoto (2012, p. 27), ao conceituar a “questão social”, parte dos elementos da crítica da economia política, contidos no livro primeiro d’O Capital de Marx, definindo-a como sendo “[...] o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura.” Sendo o capitalismo, portanto, fundamentado pela produção socializada, quando o trabalho se torna cada vez mais coletivo, mas a apropriação do que é produzido é privada, monopolizada por parte da sociedade. Neste sentido, a “questão social” deve ser apreendida como condição inerente à sociedade do capital.

Todavia, a busca pela compreensão das determinações da “questão social”, a partir dos pressupostos teóricos da tradição de pensamento marxiana, parte dos elementos contidos na crítica da economia política, tendo como núcleo central



conceitual fundamentado pela lei geral de acumulação capitalista. A partir dessa sustentação teórica, Marx (2013) nos mostra o papel de destaque da população trabalhadora excedente³, como sendo um elemento fundamental para o processo de acumulação e de ampliação da riqueza. Desvelando, portanto, que a superpopulação relativa é um mecanismo que alavanca a acumulação capitalista. A superpopulação relativa, assim, constitui-se como um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta (MARX, 2013). Em síntese, a lei geral de acumulação capitalista “[...] ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital”, expressando o grau de exploração da força de trabalho, tendo como consequência a pobreza que atinge a classe trabalhadora (MARX, 2013, p. 721).

A análise marxiana, assim, busca apreender as condições de desenvolvimento que move a burguesia não a partir de um caráter unitário e simples, mas dúplice e complexo, ou seja, “[...] que nas mesmas condições em que se produz riqueza, também produz a miséria; que nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se também uma força repressiva; que essas condições só geram a riqueza burguesa, isto é, a riqueza da classe burguesa, com a destruição continuada de membros que integram essa classe e com a formação de um proletariado cada vez maior.” (MARX, 2013, p. 749).

Historicamente, esses processos são intensificados, simultaneamente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, caracterizado pelo surgimento e a consolidação da grande indústria. Temos, segundo Santos (2012), o aprofundamento da vigência e da capilaridade das leis do modo de produção capitalista, fazendo emergir, no século XIX, o pauperismo. Segundo Netto (2001), temos, portanto, o marco histórico do conjunto dos fenômenos que, incluindo o pauperismo, mas também se reproduzindo para além dele, como sendo a gênese da “questão social.”

Ao delimitarmos, no plano histórico, a gênese da “questão social”, cabe o esclarecimento a duas questões centrais. O primeiro diz respeito que não estamos designando como “questão social” a desigualdade e a pobreza indistintamente, mas

³ A classe trabalhadora excedente, segundo a teoria marxiana, é a parte da população disponível para o capitalismo, sem emprego regular, servindo como reserva de mão de obra para manter salários baixos e permitir maior exploração. Sua existência reflete a dinâmica da acumulação capitalista, onde a expansão da riqueza está relacionada à ampliação da pobreza e da exploração dos trabalhadores o que é, em síntese, a lei geral da acumulação capitalista.



estamos tratando daqueles fenômenos que têm a sua existência fundada pelo modo de produção capitalista. Reconhecemos, assim como Netto (2001) fez, que a exploração não é um traço distintivo do regime do capital, pelo contrário, essa precede largamente a ordem burguesa, reproduzindo, em outros modelos sociais, desigualdades entre as classes sociais historicamente existentes.

Nos modelos de produção anteriores ao capitalismo, a produção estava determinada exclusivamente aos fatores naturais, sendo limitada pelo parco desenvolvimento das forças produtivas (NETTO, 2001; SANTOS, 2012). Assim, a desigualdade e a pobreza eram expressões concretas dos limites impostos à produção. Com a Revolução Industrial, propiciada pelo capitalismo, houve a possibilidade de desenvolvimento tão significativo das forças produtivas, permitindo a redução da dependência aos fatores naturais que eram responsáveis pela produção da escassez, que se materializava em pobreza e miséria, nos modelos de produção precedentes ao capitalismo. Cabe destacar que, mesmo com essa revolução na produção, o capitalismo vivenciou momentos de escassez. No entanto, esses fenômenos acabaram sendo cada vez mais localizados, em comparação aos outros modelos de produção, como o escravismo e o feudalismo.

O Segundo esclarecimento, em sintonia com a complexidade que devemos apreender a “questão social”, diz respeito que além de socialmente produzida, a escassez que gera o pauperismo não expressa sozinha a “questão social.” Outra característica de suma importância para que possamos construir uma apreensão crítica, sobre os elementos que fundamentam a “questão social”, está relacionada diretamente aos seus desdobramentos sociopolíticos.

Segundo Netto (2001), a escassez que se reproduz nos marcos do capitalismo resulta na forma como serão estabelecidas as relações sociais de produção e de reprodução deste sistema social. Podendo, dessa forma, serem superadas caso haja a superação desse modelo de produção, que é sustentado pelas formas de exploração do trabalho que garantem a apropriação privada do que é socialmente produzido. Santos (2012) afirma categoricamente que as lutas de classe são ineliminavelmente constitutivas da “questão social”. Atingindo, portanto, o cerne do processo de produção. Constituindo relações sociais contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores.

Os elementos que apresentamos, nesta seção, como já afirmamos, se debruçaram na historicidade e na conceituação crítica em torno da “questão social”.



Buscamos, a partir da obra marxiana, bem como, na tradição de pensamento marxista, especificamente, em obras clássicas e contemporâneas do Serviço Social brasileiro, analisar os fundamentos sócio-históricos da “questão social”, sem concessões às interpretações conservadoras, as quais buscam pessoalizar, individualizar e conceber essas como sendo uma situação problema, como é o norte conceitual das teorias francesas. Pelo contrário, buscamos decifrar “[...] a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que a acumulação de capital não rima com equidade” (IAMAMOTO, 2001, p. 59).

A partir do exposto, apresentamos os elementos históricos e conceituais que representam a universalidade da “questão social”. Para Netto (2001), se a lei geral de acumulação capitalista opera independentemente das fronteiras nacionais, os seus resultados societários trazem a marca da História onde este se concretiza. Ou seja, os elementos universais que apresentamos, se objetivam particularmente a partir de cada formação social e histórica específica. Nesse sentido, iremos nos debruçar sobre as particularidades da formação social brasileira, a fim de traçar relações entre os fundamentos da “questão social”, do racismo e das disparidades regionais, na constituição do capitalismo no Brasil.

A CONSTITUIÇÃO DO CAPITALISMO NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA: a relação entre os fundamentos da “questão social”, o racismo e as disparidades regionais

(...)

Tem certos dias em que eu penso em minha gente

E sinto assim todo o meu peito se apertar

Porque parece que acontece de repente

Como um desejo de eu viver sem me notar

(Gente Humilde)

Nesta seção, iremos apreender a constituição do capitalismo na particularidade brasileira, buscando relacionar os fundamentos da “questão social”, do racismo e das disparidades regionais como traços da formação social e histórica do nosso país. A fim de alcançarmos o objetivo proposto, iremos nos orientar pela teoria da dependência, assim, como, a lei geral de acumulação capitalista.

Netto (1996), ao analisar as particularidades da “questão social” em nosso país, parte de um determinante que é central: o caráter conservador da modernização operada pelo capitalismo brasileiro. Segundo o autor, o desenvolvimento do capitalismo não se operou contra o atraso, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, mas funcionais e integrados à constituição do capitalismo no Brasil. A modernização conservadora, assim, possibilitou a articulação entre o moderno e o arcaico, recriando elementos que fazem parte da herança histórica colonial e patrimonialista em nosso país.

Para Fernandes (1975), a revolução burguesa no Brasil, diferentemente das experiências vividas pelos países do “velho mundo”, é marcada por um caráter antidemocrático, onde as grandes decisões são tomadas de “cima para baixo” e pela reiterada exclusão das classes subalternas, historicamente destituídas de cidadania social e política, constituindo uma contrarrevolução burguesa permanente (IANNI, 1984). Neste sentido, para Fernandes (1975), a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil se desenvolve por caminhos que vão de contramão ao modelo universal da democracia burguesa. Assim, a revolução burguesa brasileira constrói uma democracia restrita aos membros das classes dominantes que universalizam os seus interesses de classe a toda nação, pela mediação do Estado e dos seus organismos privados de hegemonia (IAMAMOTO, 2012). O Brasil, assim, transita da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital, com clara dissociação entre o desenvolvimento capitalista e o regime político democrático.

O resultado é o aprofundamento e a manutenção dos laços de dependência às nações imperialistas, sem a desagregação radical da herança colonial na conformação da estrutura agrária brasileira. Dessa herança, destaca Iamamoto (2012), permanecem tanto a subordinação da produção agrícola aos interesses exportadores, com foco na produção de *commodities* primárias, quanto os componentes não capitalistas nas relações de exploração e nas formas de propriedade, que são redimensionadas e incorporadas à expansão capitalista.

Em síntese, na particularidade brasileira, a expansão monopolista desenvolve-se sobre dois eixos: o da dominação imperialista e da desigualdade interna no desenvolvimento da sociedade nacional. Aprofundando, portanto, as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional, e racial de renda, prestígio e de poder. Engendrando uma forma típica de dominação política, de cunho contrarrevolucionário, em que o Estado assume um papel



decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e na irradiação de seus interesses, valores e ideologia para o conjunto da sociedade. Temos um Estado “[...] que é capturado pelo bloco de poder burguês, por meio da violência ou pela cooptação de interesses” (IAMAMOTO, 2012, p. 132).

Estrutura-se um Estado que evita qualquer ruptura radical com o passado, buscando conservar traços essenciais das relações sociais coloniais e da dependência ampliada ao capital internacional. Um Estado divorciado das classes subalternas (IANNI, 1984). Uma democracia que é incompleta, blindada aos interesses do povo (DEMIER, 2017).

Um dos traços essenciais das relações sociais coloniais que estruturam a nossa formação social-histórica-econômica-cultural é marcada pelo aburguesamento dos senhores de escravos, na passagem do modelo de produção escravista para o capitalismo, como afirma Moura (1983). Com a universalização do trabalho livre, aposta-se numa política de imigração de europeus, mas mantendo o lucrativo negócio das empresas de tráfico de escravizados. Mesmo com o fim formal desse tipo de comércio, em 1850, através de decreto inglês, ele não deixou de existir, tendo em vista a sua alta lucratividade. Para Moura (1983), além de possibilitar uma reorganização para as empresas vinculadas ao tráfico de escravizados, criou-se um potente exército industrial de reserva com a população negra.

Neste sentido, o racismo não é um mero reflexo das estruturas arcaicas que poderiam ser superadas com a modernização, pois a modernização é estruturada pelo racismo (ALMEIDA, 2018). O racismo, assim, é um sistema de dominação-exploração que tem base material na divisão social-racial-regional do trabalho. No capitalismo ele é responsável por integrar a organização política e econômica da sociedade, sendo assim estrutural. Segundo Almeida (2018) é uma forma de discriminação, de preconceito e um processo em que as condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre os grupos raciais se reproduzem nas esferas da materialidade e da imaterialidade.

Segundo Fernandes (2017), mesmo que o trabalho seja uma mercadoria, havendo, assim, uma composição multirracial-sexual/gênero-regional, nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais. Ou seja, à formação do capitalismo no Brasil, foi fundamental tratar a força de trabalho como mercadorias desiguais, tendo em vista que isso incide no valor da força de trabalho e no pagamento de salários, na formação da classe trabalhadora em nosso país.

Estamos argumentando, assim, que no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro houve a necessidade de articular estruturas arcaicas e modernas, como sendo um requisito do capitalismo dependente (FERNANDES, 1975). Ou seja, a noção que o desenvolvimento capitalista produz subdesenvolvimento, um desenvolvimento desigual, mas combinado ao processo de constituição do capitalismo em nossa realidade. Sendo, o racismo e as disparidades regionais, partes estruturantes desse subdesenvolvimento.

A partir dessa ótica analítica, a particularidade do Nordeste pode ser apreendida não como uma mera causalidade, mas cumprindo um papel central na divisão regional do trabalho, com grande diferenciação salarial em relação à média nacional; menor índice de industrialização em comparação a outras regiões, implicando em taxas reduzidas de produtividade do trabalho e menos composição orgânica do capital; maior peso da pauperização absoluta e, portanto, de condições de trabalho precárias; além da grande marca da questão agrária que retrai ainda mais o mercado interno e revela com mais clareza a relação dialética entre o moderno e o atraso no capitalismo como desdobramento do desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo dependente do Brasil.

Assim sendo, o processo de incorporação de diferentes sujeitos, utilizando raça/etnia/sexo/gênero/território, para determinar o exército industrial de reserva e os diferentes padrões salariais, é um elemento estrutural do processo de acumulação do capital no Brasil. Ou seja, a constituição da “questão social” em nosso país está fundamenta pelas estruturas raciais e pelas disparidades regionais, assim como de gênero/sexo. Nesse processo, compreendemos a relação do racismo e das disparidades regionais com a “questão social” como mecanismos sócio-históricos que legitimam a segregação da força de trabalho em nosso país, elemento presente na nossa formação social-histórica-econômica-cultural brasileira.

CONSIDERAÇÕES

*Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
(O meu guri)*

A nossa exposição buscou apresentar uma apreensão teórica em torno da transição para o capitalismo no Brasil, considerando a indissociabilidade das relações escravistas e das disparidades regionais. Para além destes dois fenômenos, é inegável que o patriarcado também compõe a formação e a composição da classe trabalhadora no país. Obviamente, fizemos um recorte que buscou apresentar o debate do racismo e da particularidade do nordeste, mas destacamos que o patriarcado é uma determinação que compõe, junto com o racismo e as disparidades regionais, elementos para compreendermos não apenas a gênese da “questão social”, mas o seu movimento e as suas contradições fundamentais.

Nosso esforço se deu em pensar as particularidades da formação capitalista no Brasil a partir da teoria do valor em Marx. Compreendemos essas dimensões como estruturais e estruturantes aos fundamentos da “questão social” em nosso país. Assim, apresentamos mediações que buscaram traçar mediações das características, universalizadas por meio do modo de produção capitalista, mas que se particularizam em nosso país. Neste sentido, apresentamos alguns elementos que podem servir como eixos analíticos, a fim de dar sustentação a análises extremamente atuais sobre a “questão social” na atualidade. Assim, como, a incorporação dessas referências pela formação profissional em Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

DEMIER, Felipe. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo capitalismo (Portugal-Brasil). In: **Libertas**. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara. 1975.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10ªed. São Paulo: Cortez, 2014.



IANNI, Otávio. **O Ciclo da Revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

IANNI, Otávio. A questão agrária e as formas de Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MOURA, Clóvis. **Brasil**: raízes do protesto Negro. São Paulo: Global, 1983.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Revista Temporalis*, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social no Brasil: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-129.

Santos, Joseane S. “**Questão Social**”: particularidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

Submetido em: 05 /02 /2024

Aceito em: 11/02/2024